



Políticas Tributárias de Estímulo à PD&I no Brasil e OCDE

Contribuições à Reforma Tributária Brasileira

Pedro Passos

Co-Fundador e Co-Presidente do
Conselho de Administração da Natura

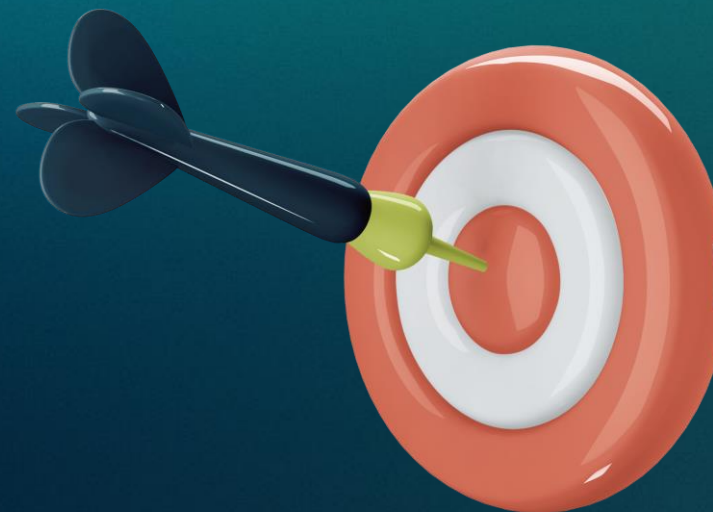


Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

CNI-MEI defende que o Brasil precisa de uma Reforma Tributária Ampla

Para que seja eficaz, essa Reforma deve conter:

- IVA nacional: IBS substituindo ICMS, ISS, IPI, PIS/COFINS
- Alíquota única
- Crédito financeiro
- Recolhimento no destino
- Transição em 6 anos
- Força tarefa para reduzir o contencioso passado



2

Creditamento amplo, previsto no IBS, permitirá que as empresas tomem créditos em bens e serviços ligados à PD&I

Restrições existentes no creditamento e o ISS encarecem essas atividades de PD&I

PIS/COFINS As empresas têm direito a crédito apenas nas aquisições ligadas ao desenvolvimento, sendo vedado naquelas feitas para atividades de pesquisa

IPI: Não há direito a crédito para máquinas e equipamentos; e a redução de 50% prevista na Lei do Bem apenas alivia o problema

ICMS: os créditos sobre máquinas e equipamentos não são apropriados imediatamente (parcelados em 48 meses)

ISS: Incide sobre uma série de serviços ligados às atividades de PD&I e que não dá direito a crédito

Em comparação com a OCDE, Brasil tem tributação mais alta sobre a renda corporativa e outras complexidades em seu sistema

34%

BRASIL

23%

OCDE

*IRPJ média em 2020**

Tributação sobre o consumo no Brasil

PIS/COFINS

ICMS

IPI

ISS

IOF

CIDE/Combustíveis

Tributação sobre o consumo na OCDE

IVA / Sales Tax(EUA)

Políticas Públicas modernas têm foco em PD&I

Ao invés do tradicional foco na produção, a tendência em países líderes da OCDE é que as políticas públicas incentivem atividades de PD&I

Incentivos fiscais e programas de apoio à PD&I são usados de diferentes maneiras:

Formação de Recursos Humanos

Acesso a mercados internacionais

Fortalecimento de infraestruturas de P&D

França, Coreia do Sul, Estados Unidos, Canadá e Japão usam a isenção fiscal como relevante estratégia de fomento à PD&I*

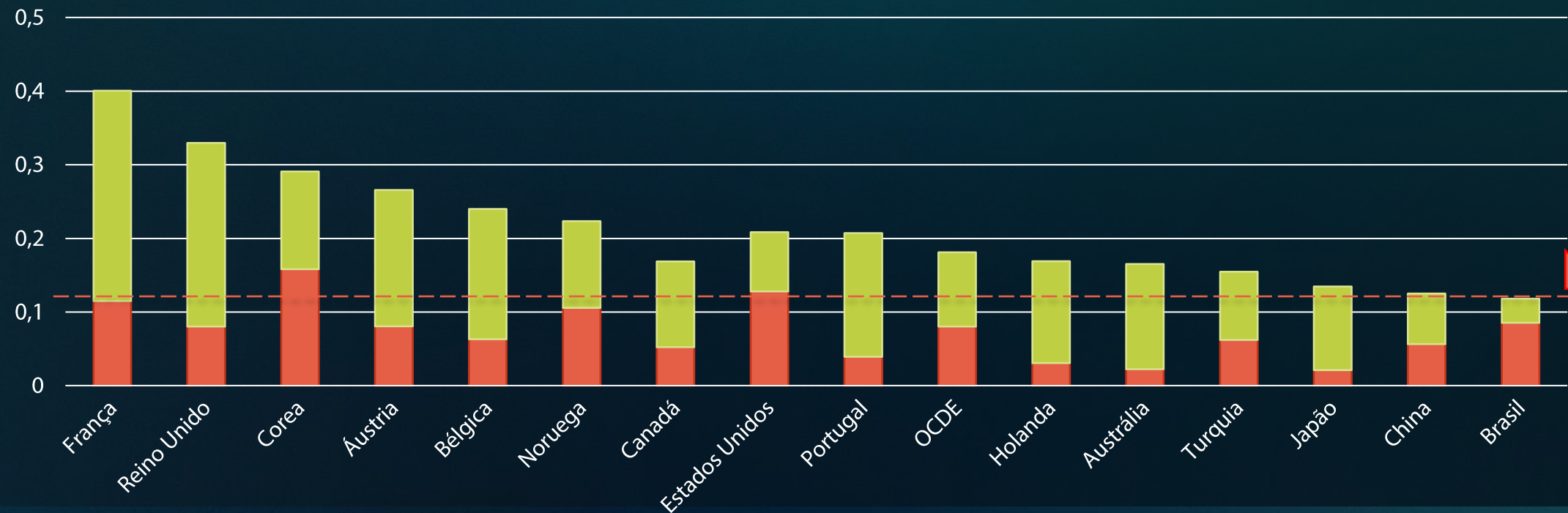
Participação do Estado no apoio à PD&I ainda é relevante...

Financiamento Público Direto e Incentivos Fiscais à P&D em 2018

Em % do PIB

■ Financiamento Direto à PD&I Empresarial

■ Benefícios fiscais à PD&I Empresarial

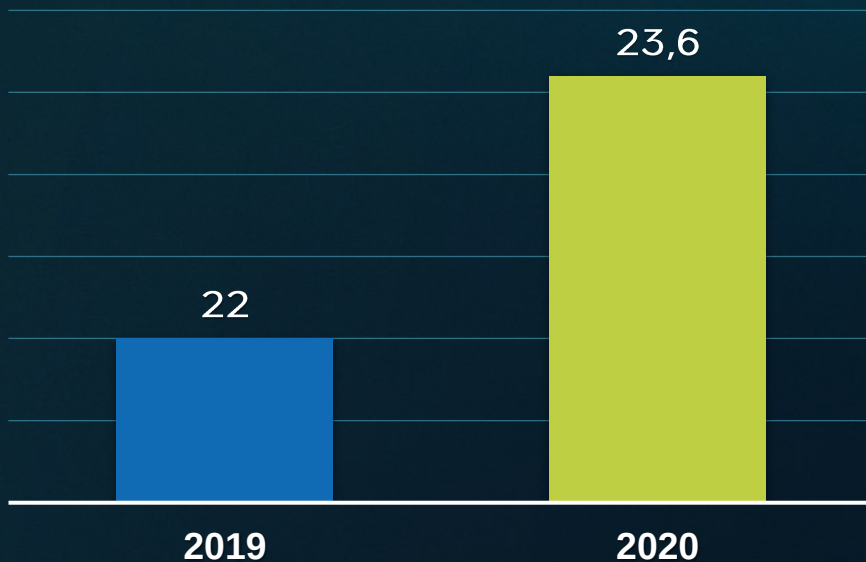


6

...apesar de o investimento
em capital de risco crescer

Investimento em Venture Capital + Private Equity no **Brasil**

em Bilhões de R\$



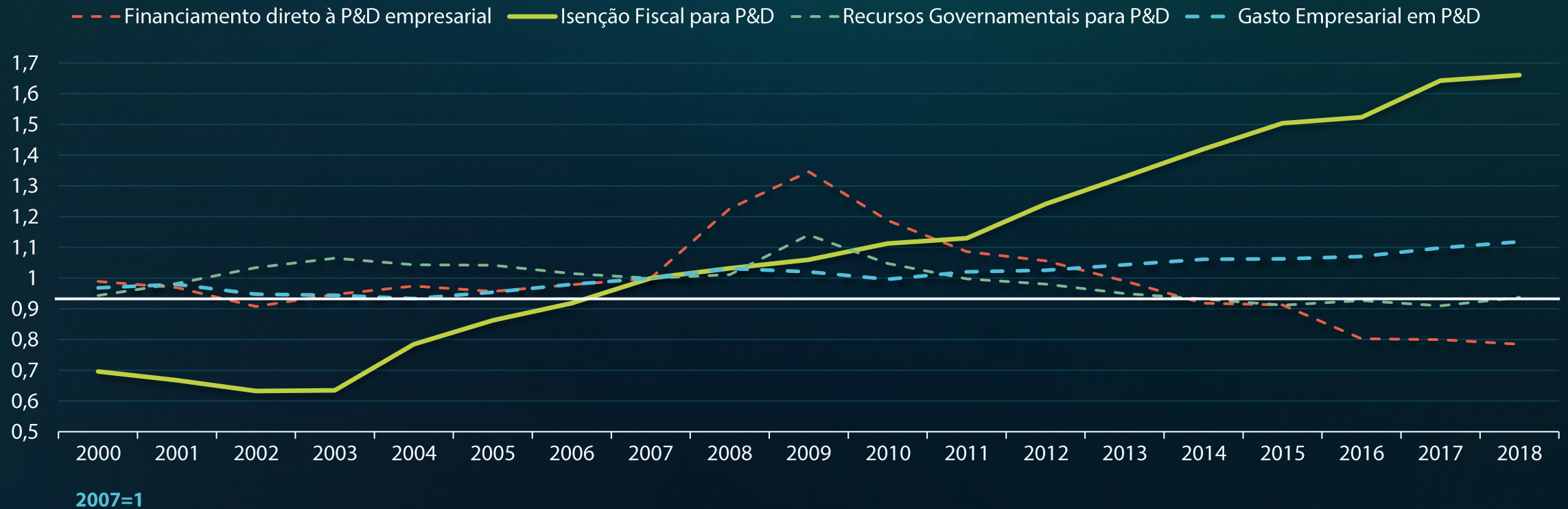
Investimento em Capital de Risco em **países** da OCDE

Em Bilhões de USD\$



Países da OCDE têm dado maior peso aos Incentivos Fiscais à PD&I

Alterações nas políticas de apoio à P&D em países da OCDE 2000 - 2018



Brasil precisa seguir as **melhores práticas** internacionais

Tipos de Incentivos Fiscais para PD&I empresarial:

Input Incentives

Incentivos aplicados aos insumos
para as atividades de PD&I

(aquisição de bens, serviços, direitos e
gastos com mão de obra dedicada)

Output incentives

Incentivos aplicados aos resultados
das atividade de PD&I (lucros da exploração
de patentes e outros intangíveis)

Ex.: Patent Box, Innovation Box

Não adotado
no Brasil

Países da OCDE e G20 já adotam instrumentos de output incentives

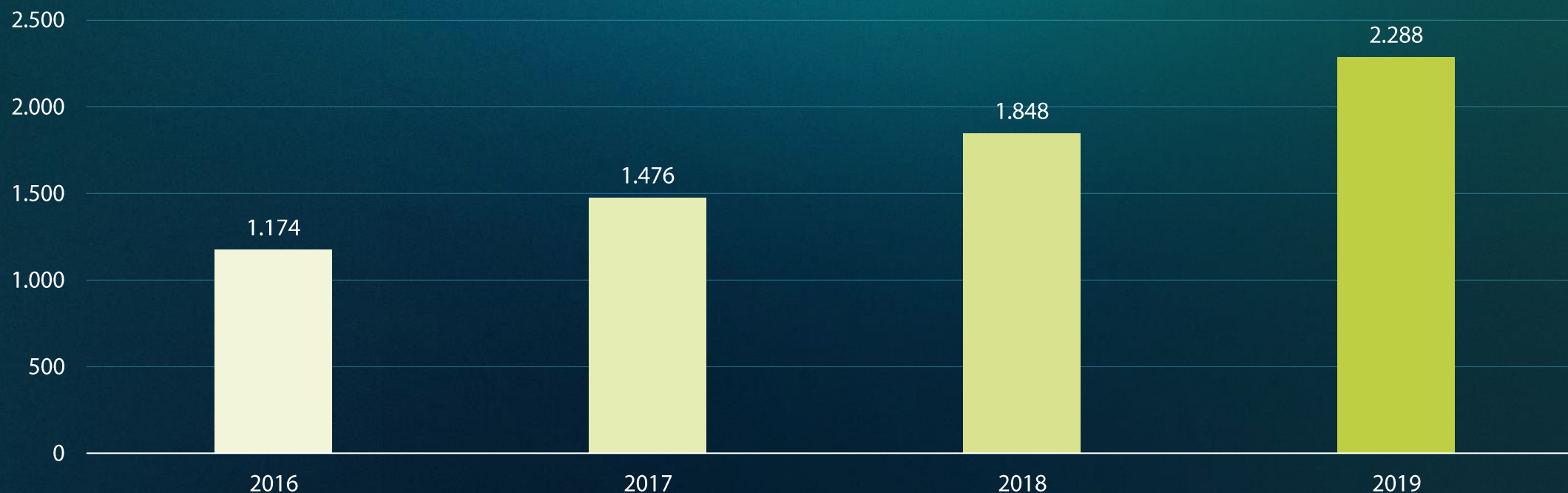
Países que adotam Patent Box, Innovation Box ou instrumentos similares para desonerar receitas resultantes de PD&I



10

Lei do Bem é o **principal instrumento** de isenção fiscal para promoção de PD&I empresarial, porém tem **baixa abrangência**

Número de **Empresas Beneficiadas** pela Lei do Bem

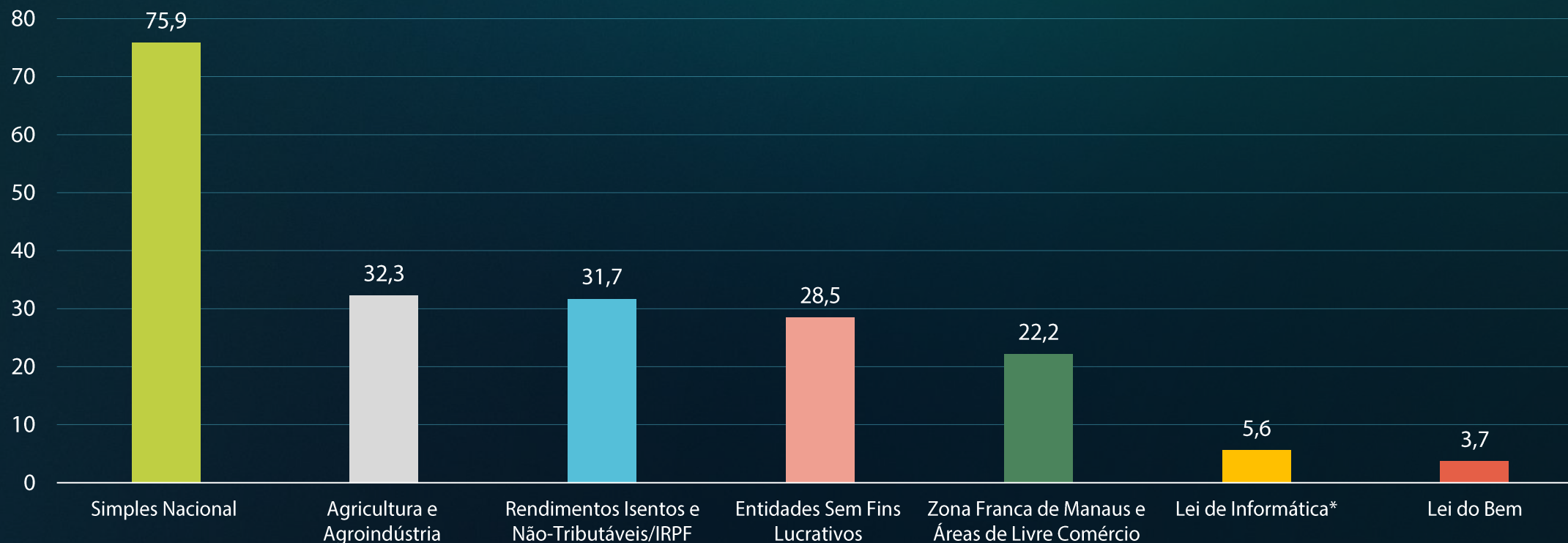


11

Lei do Bem é um incentivo transversal e de baixo impacto orçamentário

Valores da Renúncia Fiscal por Instrumento em 2019

Em R\$ bilhões correntes



12

Lei do Bem alavanca a inovação no Brasil

Os investimentos realizados por meio da Lei do Bem representam cerca de 36% do total do investimento em PD&I

Estudos que utilizam as melhores práticas internacionais concluíram que o incentivo é efetivo em aumentar o investimento privado em PD&I

15 novos centros de P&D viabilizados com o apoio do incentivo

Mais de 20 mil novos produtos ou inovações incrementais lançados com apoio da Lei do Bem



Lei do Bem pode ter seus benefícios reduzidos

PEC 186/2019

Determina a redução periódica anual dos benefícios tributários creditícios e financeiros, incluindo a Lei do Bem

Propõe a redução dos benefícios em 8 anos até o limite de 2% do PIB

Alguns incentivos fiscais foram excluídos da PEC, tais como:

- Simples Nacional e MEI
- Entidades Sem Fins Lucrativos
- Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio



Recomendações da CNI/MEI para uma nova Política Tributária pela Inovação

Promover uma Reforma Tributária ampla

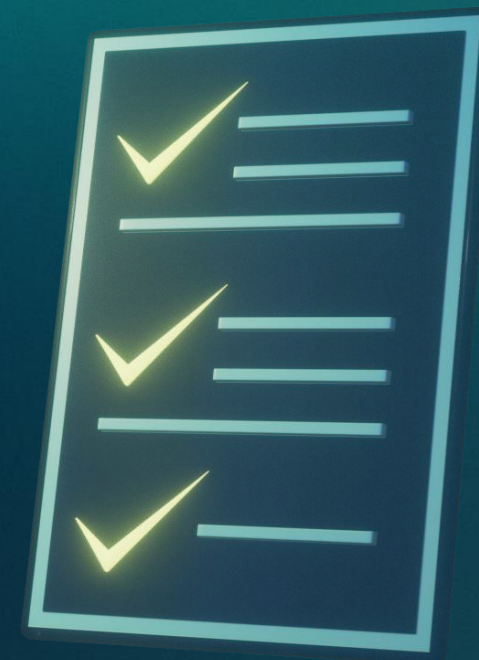
- ☐ Aprovar Reforma conforme relatório da Comissão Mista da Reforma Tributária com as melhorias sugeridas pela CNI

Garantir e aprimorar a Lei do Bem

- ☐ Aprovar o PL 2838/20 do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) sobre a Lei do Bem
- ☐ Propor novo PL com incentivo similar para empresas em outros regimes tributários

Equilibrar a Competitividade do Brasil face ao G20, OCDE e EU

- ☐ Priorizar políticas públicas para o setor produtivo voltadas à PD&I
- ☐ Apoiar a criação de incentivos fiscais que incidam sobre os resultados da inovação



15



MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL
PELA INOVAÇÃO

Inovação e Reforma Tributária

Pedro Passos



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

18/06/2021